GRUPO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO Nº 1290 /VIII 2ª - AC

ASSUNTO: Ensino de Língua e Cultura Portuguesas na Alemanha.

Apresentado por: DEPUTADO CARLOS LUÍS

Recebi dos Senhores Professores de Português da área consular de Francoforte, uma exposição relativa à sua situação sócio profissional que passo a transcrever :

"Os professores de Português da área consular de Francoforte, solidários com os professores de outras áreas consulares, vêm manifestar o seu descontentamento pelas situações de desigualdade criadas pela legislação e concurso de 1998 e que o Governo português tem vindo sistematicamente a ignorar.

Vimos chamar a atenção para o facto da referida legislação e uma prática autoritária por parte da administração nos estar a lesar nos direitos adquiridos e criar uma situação de desigualdade e injustiça em matéria salarial, de horários e de Segurança Social (CGA...) entre os professores que se encontram a desempenhar as mesmas funções em diferentes Estados federados da Alemanha. A regulamentação para o Concurso de 1998 ao deixar de considerar lugares de concursos, os

Para preparar o expediente

cursos de vários Estados federados ignora e marginaliza todo o professorado até então colocado por concurso nestes Estados, pondo-o à margem da lei.

A situação do ensino de LCP na Alemanha encontra-se, assim, desde 1998, em grande crise e instabilidade nas zonas em que passou a ser da exclusiva responsabilidade dos Governos alemães.

O deficiente tratamento a nível legislativo, quer no que concerne a concursos quer no tocante à matéria de vencimentos, ou ainda no que respeita à colocação de professores pela Coordenação Geral do Ensino (possibilitando "colocações pela porta do cavalo") tornou-se insuportável para o professorado e para as Comissões de Pais.

Solicitamos os V. Bons ofícios no sentido de se encontrar uma solução para o nosso caso. Feridos, reclamamos a revisão da legislação relativa a quadros/concursos e a reposição da igualdade de tratamento quer para os professores que exercem a sua actividade no sistema a cargo do Governo português quer no que é suportado pelos Governos federados".

Ao abrigo das disposições legais e regimentais, solicito ao governo através do Sr. Ministro da Educação os seguintes esclarecimentos:

1º - Que medidas vai o Governo levar acabo para colmatar tal situação?

O Deputado

Carlos Luís